

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Territórios e lutas sociais:
insurgências e resistências contra
a mercantilização da vida

v.30 n.2

Jul-Dez/2020

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC V.30 N.2

Gabriela Icasuriaga UFRJ

Cecília Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Iron Pedreira Alves / Flickr (CC BY 2.0)
Pesca, 2019.

Publicação indexada em:

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraia vermelha](#)


(55) (21) 3938-5386


Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	236	
	<i>Gabriela Icasuriaga & Cecília Cavalcanti</i>		
ENSAIO DOSSIÊ	Cupim que vai pra festa de tamanduá	246	
	<i>Antônio Bispo dos Santos</i>		
ARTIGOS DOSSIÊ	Espacialidade do capital e metamorfose do território	253	 Você está aqui.
	<i>Helena Lúcia Augusto Chaves & Vitória Régia Fernandes Gehlen</i>		
	Quilombos e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas	272	
	<i>Maria Raimunda Penha Soares</i>		
	Quilombo Rio dos Macacos e a resistência contra a acumulação por espoliação	299	
	<i>Ana Claudia de Jesus Barreto</i>		
	Lutas e resistências contra a privatização da água no Rio de Janeiro	324	
	<i>Caroline Rodrigues da Silva, Bruno Alves de França & Ary Gabriel Girota de Souza</i>		
	O Controle social nas favelas cariocas e o protagonismo das mulheres	349	
	<i>Marcia Bastos de Araújo & Rafael Soares Gonçalves</i>		
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Política pública e voluntariado: um estudo sobre o serviço “Família Acolhedora” no Brasil	372	
	<i>Denise Andreiade Oliveira Avelino & Maria de Lourdes Mattos Barreto</i>		
	O Serviço Social e a reprodução das relações sociais	391	
	<i>Silvio Aparecido Redon & Eliane Christine Santos de Campos</i>		
	O Estatuto da domesticidade e o repertório de resistência de trabalhadoras domésticas	409	
	<i>Tatiane de Oliveira Pinto</i>		

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Espacialidade do capital e metamorfose do território

Espaço
Território
Capital
Globalização
Estado

O artigo aborda questões relacionadas à dimensão espacial do capital e às transformações do território, decorrentes da exploração capitalista do espaço. Apresenta tratamento conceitual, destacando as noções de espaço, território, Estado e globalização. Tem como objetivo refletir sobre o processo capitalista de produção do espaço, considerando aspectos socioambientais, determinantes estruturais, desigualdades e crises. Enfoca a conversão do uso da terra na espacialidade do capital. A discussão resulta de estudos e pesquisas desenvolvidas na trajetória acadêmica de produção de conhecimento sobre o tema, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Helena Lúcia Augusto Chaves

Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco/Departamento de Serviço Social/Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social e Doutora em Sociologia pela UFPE. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Política Pública e Sociedade – GEPPS/UFPE.

helena.chaves@gmail.com

Vitória Régia Fernandes Gehlen

Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em Planejamento e Desenvolvimento de Políticas Públicas pela Universidade de Londres, Inglaterra. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas/GRAPP-UFPE.

vicgehlen@yahoo.com.br

Capital spaciality and territory metamorphosis

The article addresses issues related to the spatial dimension of capital and the territory transformations, resulting from the capitalist exploration of space. It presents conceptual treatment, highlighting the notions of space, territory, State and globalization. It aims to reflect on the capitalist process of space production, considering socio-environmental aspects, structural determinants, inequalities and crises. It focuses on converting land use to the spatiality of capital. The discussion results from studies and research, developed in the academic trajectory of knowledge production on the theme, articulating teaching, research and extension.

Space
Territory
Capital
Globalization
State





As transformações impostas pela economia mundializada em detrimento da organização societária com base no Estado-nação e o avanço da destruição de uma sociedade de bem-estar social configuram um contexto de expropriação dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora e resultam na espacialização da miséria, intensificada em territórios com problemas estruturais, envolvendo as questões agrária e urbana.

O padrão internacional de poder que se configura com a importância cada vez maior das grandes corporações empresariais transnacionais (PORTO-GONÇALVES, 2006) e o direcionamento institucional dado por um conjunto de entidades supranacionais, como a ONU, o FMI, o BID, vêm sendo gestados desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O esgotamento do sistema fixo de câmbio e do padrão-ouro e a financeirização cada vez maior da economia mundial seguem os parâmetros e interesses imperialistas norte-americanos e alimentam o sistema de interdependência internacional e de exploração predatória, que caracteriza a busca incessante pelo lucro, essencial no sistema vigente.

Essas transformações marcam um novo ciclo no percurso capitalista, com as perspectivas abertas pela revolução técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2008). A dominação do mundo pelas empresas multinacionais e a exploração dos recursos dos espaços mundiais em uma escala planetária imprimem e consolidam a lógica do capitalismo na sociedade. Lógica essa que, segundo Fontes (2018), é contrária a qualquer racionalidade, pois é impregnada de violência e limita as possibilidades da humanidade. Segundo a autora, a racionalidade capitalista restringe-se à multiplicação do próprio capital, ignorando os valores socialmente construídos e desvinculando os seres sociais de sua historicidade.

Nesse contexto ideológico, político, econômico e social, o processo de globalização reestrutura e reorganiza a territorialização do espaço social global, transformando o território nacional em organização e reprodução do capitalismo mundial, com atuação de forma ostensiva em escala global intensificada a partir de 1970. Dessa forma, as relações sociais estabelecidas no contexto local e regional são determinadas





pelo processo global, cuja dinâmica da escala mundial interfere nas práticas locais com regularidade e intensidade.

A refuncionalização do Estado é suscitada pela crise mundial da configuração fordista-keynesiana, colocando em questão os pressupostos da teoria científica e da investigação social centrados na relação que considera a territorialidade e o espaço em composição com o Estado-nação. Essas transformações tornam as questões da espacialidade e da escala espacial cada vez mais expressivas para a análise da dinâmica da sociedade contemporânea, marcada pelas desigualdades sociais, pela degradação ambiental e pela crise humanitária.

Como salienta Dowbor (2016), os dilemas da desigualdade e da destruição ambiental são imensos, aprofundando a crise instalada pelo capitalismo. A metáfora do mercado capaz de regular as relações sociais e de se regular com sua mão invisível já não tem sustentação. O poder constituído e suas instâncias decisórias dão forma e possibilitam a exploração capitalista do espaço, cuja extração de recursos e processo produtivo estão em descompasso com as necessidades da humanidade e a preservação ambiental. O crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento também é bastante questionável. Ao contrário, a busca incessante pelo crescimento econômico possui uma razão inversa do desenvolvimento humano e coloca em polos de disputa opostos os atores sociais, estando Estado e empresas de um lado e sociedade civil do outro.

O caráter instrumental do espaço, a fragmentação do território, a relação entre o rural e o urbano, a forte interferência internacional no espaço, a espacialidade do capital e as metamorfoses do território no processo de globalização em curso são algumas das questões tratadas nesse artigo, articuladas em dois eixos discursivos. O primeiro aborda o processo capitalista de produção do espaço e a apropriação do território no contexto da globalização e na contingência do Estado moderno. O segundo reflete sobre a conversão do uso da terra na espacialidade do capital. Conforme explicitado no resumo, o artigo tem como objetivo refletir sobre o processo capitalista de produção do espaço, considerando aspectos socioambientais, determinantes estruturais, desigualdades e crises.

**Espacialidade do capital
e metamorfose do território**

Helena Lúcia Augusto Chaves
Vitória Régia Fernandes Gehlen



Estado, território e globalização no processo capitalista de produção do espaço

O conceito de produção do espaço desenvolvido por Lefebvre (1974) trata do espaço como social, atrelado à realidade social e produzido no contexto histórico da sociedade. Partindo de um conceito relacional de espaço e tempo, o espaço representa simultaneamente uma ordem sincrônica da realidade social e diacrônica do processo histórico da produção social, como afirma Marques (2012) em tradução de Schmid (2005), que por sua vez identifica os fundamentos da epistemologia desenvolvida por Lefebvre e reflete sobre os equívocos na interpretação do autor, dadas as incompreensões dos elementos que constituem a estrutura básica do texto, composto, segundo Schmid (2005), pela dialética tridimensional, teoria da linguagem e influência da fenomenologia francesa.

Espaço e território possuem noções relacionadas não apenas em Lefebvre (1974), mas em vários autores inscritos na teoria crítica, como Raffestin (1993), Andrade (1995), Santos (2014), Haesbaert (2004), Harvey (1985). Para esses autores, o espaço e o território são de fundamental importância no processo de produção da sociedade capitalista. Segundo Gehlen (2011), o ponto de partida para a reflexão sobre o espaço é o território, entendido como uma porção do espaço apropriado pela sociedade. O território manifesta as relações de poder e os processos sociais historicamente determinados (ANDRADE, 1995) e é percebido a partir do contexto de um modo de produção, em uma determinada formação social econômica.

A concepção do espaço social como um suporte contraditório composto de múltiplas dimensões de relações sociais é a lente analítica através da qual Lefebvre (1978) interpreta a condição mutável do Estado em uma era de globalização intensificada. O autor argumenta que as intervenções do Estado na economia capitalista devem ser concebidas espacialmente, como tentativa de organizar, instrumentalizar e regular o espaço social. Dessa forma, o espaço é um dos instrumentos privilegiados do Estado em seus esforços de controlar as relações sociais entre indivíduos, grupos, frações de classes e classes.

O Estado é uma configuração socioespacial, uma forma de arquitetura social que está constantemente engajada na

Espacialidade do capital e metamorfose do território

Helena Lúcia Augusto Chaves
Vitória Régia Fernandes Gehlen



produção de matrizes de espaço social, que estende seu poder e controle sobre as relações sociais no meio do espaço da economia global. Neste sentido, segundo o autor, cada nova forma de Estado, cada nova forma de poder político introduz seu modo particular de dividir o espaço, sua maneira de administrar e classificar o discurso sobre o espaço e sobre as coisas e pessoas no espaço. Cada forma comanda o espaço como se ele ali estivesse para servir aos seus propósitos. Tal noção é a base pela qual Lefebvre (1976a, 1976b) teoriza a forma do Estado moderno, concebida como um espaço territorial nacional; como uma grade interna da organização socioespacial do Estado composto de configurações político-institucionais e administrativas, ambientes construídos e monumentos simbólicos, além da produção mental do espaço pelo Estado.

O autor concebe o Estado-nação moderno como um quadro espacial, caracterizado pela dominação de um aparato administrativo centralizado sobre um território nacional disperso dentro do qual a produção e circulação de *commodities* ocorrem. A forma territorial associada com o moderno Estado é, de acordo com Lefebvre (1977), inerentemente ligada à violência. A monopolização dos meios de violência por parte do Estado lhe confere poder para impor um princípio político de unificação sobre as relações sociais dentro da sociedade civil.

Diante dessa economia globalizada, Lefebvre (1978) elabora um de seus argumentos centrais: a globalização do capitalismo implicou uma transformação da produção individual de *commodities* no espaço (no início, o capitalismo competitivo) para a produção do espaço em si, uma “segunda natureza” da infraestrutura territorial, configuração espacial e instituições através das quais o capital é valorizado (o “neocapitalismo”).

A partir desta perspectiva, a globalização aparece como um processo através do qual as distintas formas de organização socioespacial associada como capitalismo – capital, Estado, território e aglomerações urbanas regionais – tornaram-se entrelaçadas em uma escala mundial. Particularmente, desde o fim do século XIX, esta “segunda natureza” das configurações do espaço tem se tornado mais crucial do que nunca como uma precondição fundamental geográfica para a circulação do capitalismo em escala mundial (HARVEY 1985; SWYNGEDOUW, 1992).



A circulação acelerada da força de trabalho, das *commodities*, e de capitais através do espaço qualifica a “compressão do espaço-tempo” (HARVEY 1989) e pressupõe necessariamente uma infraestrutura relativamente complexa de configurações territoriais, que vão desde ambientes urbanos construídos, formas de organização industrial, padrões de grande escala de aglomeração do urbano-regional, a instituições político-reguladoras e estruturas organizacionais da economia mundial.

Na formulação de Harvey (1985, p. 149), “a habilidade de ultrapassar o espaço é baseada na produção do espaço”. A concepção de Lefebvre do espaço social como uma “segunda natureza” aponta para uma interpretação da globalização como a expressão mais recente de um período, a dialética altamente contraditória, na qual configurações espaciais da “segunda natureza”, produzida pelo capitalismo, são continuamente construídas, desconstruídas e reconstruídas em todas as escalas espaciais, como um meio de acelerar o tempo de giro do capital.

Para discorrer sobre esse espaço transformado pelo capital, outra categoria precisa também ser considerada: a da formação econômica e social cuja base para sua compreensão é a produção, entendida por Santos (2014) como o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço/natureza sobre o qual se confronta.

Godoy (2008) chama a atenção dessa produção na concepção de Lefebvre, já que para este autor, a produção não possui um único sentido, isto é, há uma dupla determinação e, portanto, sentidos diferenciados quanto ao valor explicativo (sentido restrito e sentido amplo). A produção não faz referência apenas à produção material, mas define-se a partir das relações envolvidas no processo produtivo como um todo. Essa ideia fundamenta-se na categoria trabalho como central.

Desse modo, o interesse crescente pelos enfoques e abordagens territoriais está relacionado ao contexto atual das transformações societárias como sendo o resultado da crise do fordismo e do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004). O território, assim, se tornou uma variável crucial para explicar as dinâmicas econômicas relativas a diferentes espaços, quer seja no sentido heurístico, quer seja no analítico. De acordo com Schneider e Tartaruga



(2004, p.107), “[...] pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço [...]”. Esse espaço pode ser demarcado ou delimitado por atributos diversos, incluindo os físicos, os naturais, os políticos, os arquitetônicos, os de preservação histórica, ou outras características sobre as quais se produzem e se transformam.

O destaque ao espaço e ao território como categorias de estudo diante das transformações sociais e da reorganização do capital possibilita o reconhecimento de que as relações sociais têm-se tornado altamente interligadas e interconectadas em uma escala global. Dessa forma, os conceitos e metáforas sobre o espaço vêm prevalecendo nas análises contemporâneas sobre a globalização nas diferentes áreas do conhecimento.

O espaço do capital possui aspecto global e local, que se interliga e proporciona lucratividade ao capital, quando é conveniente manter a referência ao global e/ou ao local. Agendas globais e imperialistas parametrizam as relações e os acordos locais estabelecidos, visando sempre a maior lucratividade do capital e a manutenção do *status quo* e do domínio imperialista que rege as relações estabelecidas nessa ordem social.

O sistema de exploração dos recursos naturais necessários ao modo de vida industrializado, constituído no atual estágio do capitalismo, promove o subjugo dos países periféricos e de capitalismo tardio aos interesses dos países industrializados. A riqueza em biodiversidade e recursos naturais e minerais dos países em desenvolvimento, que possuem história de colonialismo, neocolonialismo e estrutura de desigualdades sociais, é explorada de forma perversa, utilizando extrativismo predatório, destruindo a natureza e abastecendo os países industrializados com as matérias-primas necessárias à produção de mercadorias a serem consumidas em todo o mundo.

A salvaguarda dessa ordem vigente, cujo objetivo é o lucro, a opressão e a violência contra a classe trabalhadora, vai se tornando uma marca da ação estatal voltada para atender aos interesses do capital e manter a lucratividade como objetivo a ser alcançado. Nesse contexto, a medida das desigualdades sociais vai sendo delineada e cada vez mais intensificada com

Espacialidade do capital e metamorfose do território

Helena Lúcia Augusto Chaves
Vitória Régia Fernandes Gehlen





o aval do Estado que, no âmbito da crise estrutural do capital, se distancia a passos largos de um Estado de bem-estar social, revelando sua face violenta e opressora e exercendo suas funções de regulação social em prol da exploração capitalista e predatória e em detrimento da promoção de justiça social e da garantia dos direitos sociais conquistados.

A função de proteção social, que foi incorporada ao Estado, foi reduzida significativamente no contexto do neoliberalismo, intensificando as desigualdades sociais e produzindo um empobrecimento massivo da maioria da população e da classe trabalhadora. Essas desigualdades são globais, mas se expressam no local de diferentes formas e graus, constituindo uma das faces perversas do sistema capitalista de produção. Diferencia-se também a expressão dessas desigualdades no espaço urbano e rural das diferentes localidades, de acordo com a formação econômica, social e histórica, e com o poder estatal estabelecido.

As relações entre o urbano e o rural têm sido entendidas em termos de interações e ligações sociais e econômicas. O espaço rural nesse contexto tem passado por um conjunto de mudanças com significativos impactos sobre suas funções e conteúdo social, que à luz da relação cidade-campo, não pode mais ser compreendido separadamente. Políticas de integração ocorrem a partir da concepção de política territorial, em que a definição de território rural compõe o espaço local em relação ao global. O destaque que se dá no espaço rural decorre da concepção de modernização da agricultura, em que o desenvolvimento do capitalismo agrário e a expansão das fronteiras agrícolas, com a intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes, ocorrem mediante as mudanças que se configuram nas áreas rurais.

Nesse contexto da formação social globalizada, faz-se necessário destacar a relação que se desenvolve entre a reprodução do capital e a questão social, sendo portanto o território um elemento que se configura como o espaço determinado por relações de poder (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004); e por isso, além da constatação da existência de múltiplos poderes, no plano internacional as organizações supranacionais vêm confrontando o poder do Estado de forma cada vez mais vantajosa para a ordem social estabelecida.

**Espacialidade do capital
e metamorfose do território**

Helena Lúcia Augusto Chaves
Vitória Régia Fernandes Gehlen





Portanto, a funcionalidade do Estado diante do contexto global, é marcada pela alteração de práticas espaciais na dinâmica do capital, transformando o espaço territorial e promovendo uma instrumentalização do território, quer seja através da abordagem das transformações produtivas, que partem das mudanças na economia industrial para mostrar que esses processos possuem uma territorialidade; ou através do enfoque político e institucional, que busca mostrar que o território torna-se a nova unidade de mediação entre o espaço, os atores locais e as demais esferas regionais e nacionais. Nesse sentido, a discussão sobre território e territorialidades implica em estabelecer um universo constituído de objetos reais e virtuais, materiais e simbólicos, componentes do contexto econômico, político e social da sociabilidade em curso.

Conversão do uso da terra na espacialidade do capital

As questões econômicas, políticas, sociais e ambientais que estão associadas à conversão do uso da terra, no espaço feito território, constituem aspectos desse processo que vem fragmentando as formas e a vida do lugar através da superposição e defasagem de várias divisões sociais e territoriais do trabalho (SANTOS, 2014). O espaço como uma categoria autônoma, embora compreendida em um processo histórico, possibilita pensar a respeito do território e de sua utilização pelos diversos atores locais e extraterritoriais no atual período relacionado à globalização e internacionalização da economia.

Os processos de transformação socioeconômica, cultural, ambiental e política, vivenciados no âmbito local a partir de demandas globais, com forte incidência internacional, afetam diretamente o modo de vida das populações habitantes dos territórios implicados. A aceleração de processos de expansão urbana de áreas rurais e de exploração capitalista do espaço rural tem como resultado principal a expulsão em massa da população residente nessas áreas, que se aglomera nas periferias dos centros urbanos, em encostas com altas declividades, manguezais, alagados e outras áreas impróprias para assentamento humano.

A instrumentalização do território induz a adesão político-administrativa da estrutura governamental aos projetos regionais de desenvolvimento, sem capacidade política e social para protagonizar ações que contemplem, de forma sustentável, as demandas oriundas das bases comunitárias atuantes em seu





território. Assim, ao se enquadrar paulatinamente em modelos regionais de desenvolvimento que privilegiam fortemente aspectos econômicos, como o aumento da produtividade industrial, dos empregos e do Produto Interno Bruto, em detrimento de fatores socioculturais e de uma democracia política e econômica, o poder local, juntamente com outros entes federativos, passa a seguir sem questionamentos o conjunto de macrotendências que desenham o mundo e a reprodução social no contexto da globalização neoliberal.

Essa dinâmica indica a nova divisão internacional do trabalho produzida pela mundialização da técnica e da política e vem interferindo no desenvolvimento local, criando bolsões de miséria no entorno de áreas destinadas aos projetos de desenvolvimento e exploração de recursos naturais. A pretensão de ser dominante em todos os lugares está se constituindo em motor da própria crise, engendrada no curso do capitalismo. Nessa trajetória do modo de produção técnico-científico-informacional tornando-se global, a leitura e interpretação da época atual, como sendo ao mesmo tempo o embrião de um período e de uma crise, vêm sendo constituídas, ao tempo em que revelam um denominador comum no uso do território, que é a desvalorização do trabalho e da classe trabalhadora, fundamento das desigualdades e da pobreza (LEFEBVRE, 1974; SANTOS, 2014; HARVEY, 2011).

No Brasil, pode-se observar historicamente que o espaço é resultado da coexistência de várias divisões sociais e territoriais do trabalho, pois os vetores externos demandam uma mudança na base material e, conseqüentemente, uma adaptação nos modos de trabalhar. Assim sendo, a terra tem servido mais como bem de capital do que como meio de produção. A concentração no uso de terras impede que esta seja destinada a cumprir sua função de gerar condições de vida para os que nela trabalham, determinando o modo hegemônico da técnica e da política, que nem sempre prevalece ou se impõe a todos.

Como salienta Harvey (2011), a análise da produção do espaço geográfico revela processos que produzem diferenças nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais da história da ocupação humana e que se inserem em lugares com qualidades específicas. Estes fatores vêm compondo um mosaico

**Espacialidade do capital
e metamorfose do território**

Helena Lúcia Augusto Chaves
Vitória Régia Fernandes Gehlen



geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos, que podem ser somados aos acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros e que são uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas.

Essas diferenças espaciais e territoriais estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem na atualidade, encontrando-se em movimento em toda e qualquer escala. O que o autor procura ressaltar é a existência de uma operação de forças de produção sistêmicas de desenvolvimento geográfico desigual. Para Harvey (2011), a trajetória capitalista de globalização envolve um alto nível de destruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e lugares, tornando as populações vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. Essa trajetória põe em risco configurações culturais e modos de vida em diferentes escalas espaciais, ao mesmo tempo em que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas em poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população.

Segundo Harvey (2011), é preciso relacionar o local com o global procurando ultrapassar as barreiras à adequada unificação de diferentes interesses particulares em alguma estrutura que exprima o interesse geral. Para o autor, existem conflitos em lugares cuja preocupação do poder local é garantir ao capital o acesso aos recursos, a criação de condições de exploração e a obtenção de segurança econômica, visando incentivar a exploração capitalista, em detrimento da iniciativa de salvaguardar os direitos humanos, os direitos trabalhistas, os direitos das mulheres, a justiça ambiental, a regulamentação dos usos da terra, o combate ao desflorestamento e a emissão de gases do efeito estufa.

A formação socioespacial, combinação particular e real do modo de produção, pode ser considerada também como a história das coisas e das ações, a história dos usos dos territórios e sua inserção desigual nas sucessivas divisões internacionais

**Espacialidade do capital
e metamorfose do território**

Helena Lúcia Augusto Chaves
Vitória Régia Fernandes Gehlen

do trabalho (SANTOS, 2014; LEFEBVRE, 1978). Com a aplicação de recursos técnicos diferentes, seja através de prioridades ao capital e investimentos estrangeiros; ou ampliação das funções do Estado no planejamento, na produção do espaço e do território, vem se acelerando o processo de urbanização e conversão do uso da terra. A desestruturação do modo de vida rural e o abandono por parte do Estado de parcelas da população residente nesses territórios contribuem para a expansão da pobreza e seus desdobramentos nas manifestações das questões socioambientais, ao tempo em que se intensificam os processos de urbanização e a exploração capitalista do espaço.

Alguns fatores possibilitam o aumento da escala das ligações rural e urbana. A redução da renda dos pequenos produtores, devido à falta de terra, água, capital, os torna incapazes de intensificar suas produções agrícolas e isto significa o aumento de moradores rurais em atividades não agrícolas localizadas nos centros urbanos. A expansão desses centros e da interface periurbana, devido às mudanças e conversão no uso da terra, de agrícola para industrial, residencial, lazer, ocorre de forma simultânea às transformações na subsistência da população empobrecida e submetida aos processos impostos.

As ligações e as interações entre o rural e o urbano têm se tornado um componente indispensável à compreensão do sistema de produção e de subsistência estabelecido, formando não somente uma ponte que interliga esses espaços, como uma complexa teia de conexões em uma paisagem que não é nem urbana nem rural, mas tem ambas as características, especialmente nas áreas que circundam os centros urbanos, ou ao longo das estradas que levam a estes centros, denominada de interface periurbana. Ressalte-se que as populações rurais dependem dos centros urbanos para acesso à escola, hospital, crédito, extensão rural, equipamentos agrícolas e serviços diversos ofertados pelo governo.

A relação rural urbana tem sido entendida em termos das interações sociais e econômicas que expressam o modo de produção e reprodução, na particularidade em que se apresenta no território. Há locais de fácil penetração da exploração capitalista, com a rápida descaracterização do espaço rural e de suas formas de vida e sobrevivência, mas há também espaços



de resistência que se caracterizam por formas de cultivo rurais e estratégias sustentáveis de utilização dos recursos disponíveis; como os territórios sociais de resistência em comunidades remanescentes de quilombo, ocupadas pelos quilombolas, que a despeito da legislação existente também são alvo de expulsão das terras onde habitam e sobrevivem; a exemplo do território político-jurídico criado pelo Estado brasileiro para abrigar dez comunidades quilombolas, deslocadas compulsoriamente das terras que ocupavam para possibilitar a instalação do Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara no Maranhão.

As relações políticas entre o rural e o urbano referem-se aos processos políticos que facilitam a conversão do uso da terra. As consequências sociais desse processo de conversão do uso da terra incluem questões de equidade e justiça, acentuando a desigualdade no controle do uso da terra. Compõe esse espaço diverso a tensão entre os interesses antagônicos e os conflitos envolvendo os atores implicados nesse contexto. Estratégias familiares de sobrevivência são substituídas por práticas produtivistas para atender aos interesses do capital. O agronegócio movimenta o cultivo de *commodities* para exportação, causando impactos negativos como o descarte de embalagens de agrotóxicos vazias no meio ambiente.

Os conflitos socioambientais decorrentes da implantação de grandes empreendimentos são aspectos considerados nessa reflexão, pois geram impactos na realidade local, como os que são resultantes da implantação de complexos turísticos internacionais, explorando as belezas de praias locais; da construção das usinas hidrelétricas e de complexos industriais e portuários, extraíndo recursos naturais para fins de industrialização e comercialização, dentre outros empreendimentos. Ressaltam-se, para efeito de exemplo, a implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape em Pernambuco e as transformações socioterritoriais na Mata Sul de Pernambuco, estudadas nas pesquisas (GEHLEN, 2012 e 2015)¹ que contribuíram para a acumulação do conhecimento ora exposto.

No espaço modificado por essas apropriações do território, as desigualdades sociais vão se acirrando e intensificando os processos de migração, o remanejamento populacional, a vulnerabilidade socioambiental, os desastres que ocorrem nessas comunidades, a urbanização de áreas rurais, incorporando

Espacialidade do capital e metamorfose do território

Helena Lúcia Augusto Chaves
Vitória Régia Fernandes Gehlen



elementos de ambos os setores rural e urbano e os impactos decorrentes das desigualdades de gênero, incluindo as condições de vida das mulheres.

A apropriação capitalista do espaço constitui-se em obstáculo ao desenvolvimento humano nesses territórios, contribuindo para o êxodo rural, problemas de urbanização e impactos ambientais devido à ocupação desordenada do espaço. Esses empecilhos refletem o posicionamento político, econômico e social dos governantes, que legislam e executam ações em prol do desenvolvimento capitalista, desconsiderando as condições de existência de seus habitantes, suas formas de vida e de sobrevivência, suas formas de produção e de reprodução no espaço, as quais são de fundamental importância para a reprodução de determinado modo de produção. Ou seja, a produção do espaço aparece como condição para a reprodução ampliada do capital, assegurada pelo Estado, que produz um espaço controlado.

De acordo com Foladori (2015), as concepções fetichizadas sobre a relação entre a sociedade humana e a natureza e o fetichismo tecnológico-ambiental refletem as relações sociais capitalistas, que ao concentrar meios de produção, de vida e de resíduos, tornam impossível que a natureza recicle no tempo e espaço o que foi extraído em diferentes partes e ecossistemas do mundo. O autor reflete também sobre os conflitos ambientais, considerando uma perspectiva crítica sobre o capitalismo e suas formas destrutivas, trazendo elaborações originais sobre o processo de objetivação da natureza externa, desencadeado pelo trabalho, que se destaca como central no conjunto de objetivações que constitui a práxis social.

Segundo Cunha e Villar (2015), o avanço do modo de produção capitalista no território rural vai interferindo na percepção de dependência das atividades agropecuárias em relação aos fatores ambientais. A utilização de técnicas, como correção de solo, melhoramento genético de sementes e animais, insumos agrícolas, irrigação e mecanização, dimensionam a produção rural como resultante apenas da interferência humana e como se esta interferência fosse suficiente para resolver os problemas surgidos dessas transformações realizadas no meio ambiente. No entanto, o desenvolvimento rural provoca profundas alterações no espaço

e no ambiente social, gerando riscos que ultrapassam a escala local e ameaçam a vida em sociedade.

A relação sociedade natureza também suscita o debate sobre a questão da água. Villar (2014) reflete sobre a crise hídrica e o direito humano à água, que ficam omissos nos processos de exploração dos recursos naturais dos países que compõem o capitalismo periférico. Essa questão envolve também conflitos nos territórios alvo de exploração agroindustrial e extrativismo. A segurança hídrica é um fator importante a ser considerado, mas a prática frenética de exploração dos recursos naturais, realizada no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, fragiliza os territórios, os ecossistemas e principalmente o manancial hídrico disponível e utilizado na produção agrícola, incluindo as *commodities*, com o agravante da exportação de água virtual, como denomina Allan (1993).

Esse termo que se refere ao volume de água disponível no mercado global de *commodities* agrícolas, utilizado na produção de cereais, leite e carnes para fins de comercialização, é muito importante para indicar um aspecto da exploração dos recursos naturais, que fica invisível no produto da agroindústria destinado à exportação. Ou seja, a água também é um componente essencial para essa produção, que, por sua vez, só se torna possível com a utilização desse recurso natural.

Portanto, a prática de destruição do meio ambiente, realizada no processo produtivo e na forma de vida que compõem a sociabilidade capitalista, constitui-se em risco iminente e em potencial à existência humana no planeta. “O processo de globalização se revela como excludente e incapaz de produzir progresso infinito; abundante; ilimitado; inovador” (CHAVES, 2009, p. 58). A lógica instituída de crescimento econômico, associada à lógica da financeirização do capital, que caracteriza o capitalismo no contexto da globalização, processa uma inversão de valores. A renda da terra é resignificada, assim como a produção e o produzir. Os frutos da terra transformam-se em *commodities* agrícolas e a humanidade paga com o preço da fome e da miséria a contradição de conhecer a escassez na abundância.

Essa condição de risco, na qual está imersa a humanidade, clama por práticas sustentáveis, implicando no bem viver dos homens que habitam, convivem, estabelecem relações e modificam esses

**Espacialidade do capital
e metamorfose do território**

Helena Lúcia Augusto Chaves
Vitória Régia Fernandes Gehlen



territórios, que deveriam ser de cidadania e não de expropriação e exploração, ameaçados pela busca desenfreada do capital para amealhar lucros e acumular cada vez mais. Como espaços constituídos por relações sociais e de poder, os territórios encontram-se dominados pela especulação em todos os níveis da exploração capitalista. A utilização dos instrumentos das políticas públicas e o uso de tecnologias surgem como forma de enfrentar contexto tão adverso, onde crescimento e desenvolvimento são conceitos tomados em si e dimensionados para aspectos externos ao homem e à vida em sociedade.

Conclusões

Considerando o objetivo do artigo, explicitado no resumo e na introdução, que consiste em refletir sobre o processo capitalista de produção do espaço, enfocando aspectos socioambientais, determinantes estruturais, desigualdades e crises, algumas conclusões adicionais podem ser extraídas desta reflexão, além das que foram apresentadas ao longo do texto, no fechamento de cada item.

No que se refere aos aspectos crise e determinantes estruturais, a atual crise estrutural do capital vem se ampliando nas últimas décadas, para atender as exigências de manutenção de níveis produtivos, gerando um processo de uso e degradação do solo e destruição de ambientes, abrangendo tanto o meio urbano como o meio rural e caracterizando-se por crise econômica e crise ambiental ou ecológica. O combate a essas práticas predatórias é mais do que uma necessidade, é um imperativo para manter as condições essenciais à preservação do meio ambiente, da humanidade e da vida sobre a terra, embora os determinantes estruturais condicionem a vida e o existir à sua lógica de destruição, associada à cultura do descartável.

Sobre os aspectos socioambientais e desigualdades, a preservação dos recursos naturais é assunto há muito esquecido pela sociedade e pelos governantes, que destinam a relevância das questões agrária e agrícola para a iniciativa privada predatória e multinacional cultivada em nossos territórios através do agronegócio, cuja produção é destinada ao mercado internacional, desconsiderando as necessidades nacionais de segurança alimentar e nutricional dos cidadãos. A produção agrícola em territórios locais, destinada à exportação,



denominada *commodity*, possui cotação e negociabilidade global, constituindo-se em marca registrada da subserviência dos países produtores em relação aos ditames do capital financeiro internacional, regulamentado e protegido pelo Estado em detrimento dos cidadãos e da cidadania.

Essa forma de gestão da vida em sociedade e dos recursos naturais precisa ser reconfigurada, redefinida em outros parâmetros, redimensionada para as necessidades humanas e não do capital. Nessa perspectiva, é indispensável a atuação estatal redirecionada para os interesses da coletividade, para impulsionar e possibilitar a realização da regulação e proteção social, da prestação de serviço de assistência técnica especializada, bem como da atividade de fiscalização da observância da legislação referente às formas de apropriação e exploração dos recursos naturais.

Portanto, faz-se necessário reafirmar que o apelo pela causa ambiental, em última instância, é um brado uníssono e comprometido com a causa da humanidade, com a sociedade dos homens, e não do capital. A construção de uma sociedade, que seja viável economicamente, justa socialmente e sustentável ambientalmente implica em mudança e precisa envolver os atores sociais nesse propósito.

Referências

- ALLAN, J. A. Fortunately there are substitutes for water otherwise our hydro-political future would be impossible. In.: Overseas Development Administration. Priorities for water resources allocation and management. London: ODA, 1993, p. 13-26.
- ANDRADE, M. C. A questão do Território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CHAVES, H. L. A. Globalização, ideologia e discurso: uma análise sobre a dimensão ideológica do processo de globalização. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- CUNHA, P. R. e VILLAR, P. C. Segurança hídrica, as matas ciliares e o novo Código Florestal. In: GEHLEN, V. R. F.; CHAVES, H. L. A.; BARBOSA, M. P. (Orgs.). Territórios em risco. Recife: Editora UFPE, 2015.
- DOWBOR, L. O que é poder local. Imperatriz, MA: Ética, 2016.
- FOLADORI, G. El fetichismo tecnológico-ambiental. In: GEHLEN, V. R. F.; CHAVES, H. L. A.; BARBOSA, M. P. (Orgs.). *Territórios em*

- risco. Recife: Editora UFPE, 2015.
- FONTES, V. A transformação dos meios de existência em capital - expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo, Cortez Editora, 2018, p. 17-61.
- GEHLEN, V. R. F. Palestra de Abertura do I Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável. Cátedra Desenvolvimento IPEA/CAPES, UFPE: Recife, 2011. In: GEHLEN, V. R. F; RAIMUNDO, V. J. Tecendo a trama do território: terra, trabalho e questão socioambiental. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- _____. Do Rural ao Urbano: a conversão do uso da terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Relatório de Produtividade em Pesquisa do Projeto aprovado pelo Edital MCT/CNPq 03/2008, Processo n. 4015932008-8, 2012.
- _____. A Espacialidade do Capital e as Metamorfoses do Território: a política territorial de desenvolvimento sustentável na Mata Sul de Pernambuco. Relatório de Produtividade em Pesquisa do Projeto aprovado pelo Edital PQ 10/2011, Processo n. 309502/2011, 2015.
- GODOY, P. R. T. de. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvrina. GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 23, p. 125-132, 2008.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. Espaços de Esperança. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.
- _____. The Condition of Postmodernity. Cambridge, Mass.: Blackwell.1989.
- _____. The geopolitics of capitalism. In: Derek Gregory and John Urry, eds., Social Relations and Spatial Structures. London: Macmillan. 128–163. 1985.
- LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos. 1974.
- _____. De l'État: l'État dans le monde moderne. Vol. 1. Paris: Union Générale d'Éditions. 1976a.
- _____. *De l'État: De Hegel à Marx par Staline*. Vol. 2. Paris: Union Générale d'Éditions. 1976b.
- _____. De l'État: Le mode de production étatique. Vol. 3. Paris: Union Générale d'Éditions. 1977.
- _____. De l'État: Les contradictions de l'État moderne. Vol. 4. Paris:

- Union Générale d'Éditions. 1978.
- MARQUES, M. I. M. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP - espaço e tempo, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. A natureza do Espaço. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, L. M. O Brasil, Território e sociedade no início do século XXI. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SCHMID, C. Stadt, Raum und Gesellschaft: Henri Lefebvre und die theorie der produktion des raumes. Stuttgart: Steiner, 2005.
- SCHNEIDER, S. e TARTARUGA, I. G. P. Território e Abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. Revista Raízes: Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p.99-117, jan-dez, 2004.
- SWYNGEDOUW, E. A. Territorial organization and the space/technology nexus. Transactions, Institute of British Geographers. 17. 417-433. 1992.
- VILLAR, P. C. Crise hídrica, conflitos rurais e o direito humano à água. In: GEHLEN, V. R. F.; CHAVES, H. L. A.; OLIVEIRA, G. P. (Orgs.). Instrumentalização do território: o peso dos fatores estruturais nas fragmentações das políticas públicas territorializadas. Recife: Editora UFPE, 2014.

Notas

1 As referidas pesquisas foram coordenadas pela Professora Doutora Vitória Régia Fernandes Gehlen, financiadas pelo CNPq em Editais de Produtividade em Pesquisa, desenvolvidas no período entre 2006 e 2015, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas - GRAPP/UFPE. [voltar]



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em outubro de 2020 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).